

ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA	
Por um anno	104000
Por seis mezes	54600
Por tres mezes	34000
Avulso por folha	2040
Anuncios, por linha	2060

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA	
Por um anno	124000
Por seis mezes	64600
Por tres mezes	34600
Communicados e correspondencias, por linha	2060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada de portancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

JUIZES DE DIREITO DE PRIMEIRA INSTANCIA TRANSFERIDOS POR DECRETOS DAS SEGUINTES DATAS

1859
Dezembro 13 José Prudencio Telles de Utra Machado, pelo requerer, da comarca da ilha do Pico para a comarca de Angra do Heroismo.

1860
Fevereiro 22 Antonio José Pinto da Costa Rebelo, por ter completado o quadri-

nio legal, da comarca de Barcellos para a de Villa Verde.

Fevereiro 22 José Bernardino Mendes Vellozo, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Villa Verde para a de Barcellos.

» Joaquim Marques Pereira, pelo requerer, da comarca de Moura para a de Castello Branco.

» João Baptista Gaspar, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Castello Branco para a de Portalegre.

» José das Neves Gomes Elyseu, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Portalegre para a de Covilhã.

» Antonio Demetrio Ribeiro de Paiva, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Covilhã para a de Moura.

Março 7 Gaspar da Graça Correia de Lacerda, por ter completado o quadri-

» novo para a da Figueira da Foz. João Ferreira de Oliveira, pelo requerer, da comarca de Mangualde para a de Monte-mór o Velho.

» José Maria Borges, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Villa Franca de Xira para a de Alemquer.

» João Nepomuceno Carvalhosa e Silva, por ter completado o quadri-

» nio legal, da comarca de Alemquer para a de Villa Franca de Xira.

» Conselheiro Albano Caldeira Pinto de Albuquerque, por ter completado o quadriennio legal, da comarca da Anadia para a de Coimbra.

» Manuel Villela de Sousa Araujo Barbosa, por ter completado o quadri-

nio legal, da comarca de Coimbra para a de Estarreja.

Março 7 João Manuel de Carvalho Sousa Aguiar, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Estarreja para a de Anadia.

» 27 Joaquim Augusto de Almeida Teixeira de Queiroz, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Ceia para a de Mangualde.

» José Jacinto da Cunha Rivara, pelo requerer, da comarca de Mirandella para a de Ceia.

» Antonio Julio de Sá Vargas, pelo requerer, da comarca da ilha do Pico, para onde fôra despachado por decreto de 13 de dezembro de 1859, para a comarca de Mirandella.

» José Pereira, pelo requerer, da comarca da Villa do Porto na ilha de

Santa Maria, para a comarca da ilha do Pico.

Março 29 Matheus de Sousa Fino, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Beja para a de Faro.

» José Bernardo da Silva, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Faro para a de Silves.

» José Maria dos Reis, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Silves para a de Alacacer do Sal.

» Antonio Joaquim Latino de Faria, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Alacacer do Sal para a de Cuba.

» Francisco Antonio da Cunha Abreu Tavares, por ter completado o quadriennio legal, da comarca de Cuba para a de Beja.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA THESOURARIA

RECEITA E DESPEZA EM DINHEIRO, EFFECTUADA PELOS COFRES ABAIXO MENCIONADOS, NO MEZ DE MARÇO DE 1860

RECEITA

Saldo do mez de fevereiro de 1860

264.883.914

Rendimentos arrecadados

Pelo cofre da thesouraria do ministerio da fazenda (conforme o desenvolvimento junto)

283.702.528

» da alfandega grande

234.326.664

» da alfandega municipal

74.258.082

» da casa da moeda

12.837.519

» do correio geral

23.049.549

» da administração geral do pescado

2.199.535

Operações de thesouraria

630.373.537

Pelo cofre da thesouraria do ministerio da fazenda (conforme o desenvolvimento junto)

190.460.145

» do correio geral

2.566.290

1.088.283.886

DESEPEZA

Ministerio do reino (conforme o desenvolvimento junto)

55.368.504

» da fazenda (idem)

159.555.408

» da justiça (idem)

13.729.384

» da guerra (idem)

132.956.080

» da marinha (idem)

58.919.515

» dos estrangeiros (idem)

3.877.654

» das obras publicas (idem)

79.828.213

(a) 504.234.263

Junta do credito publico (idem)

279.841.229

Operações de thesouraria (idem)

178.278.547

Saldo que passou para o 1.º de abril de 1860

125.929.637

DESENVOLVIMENTOS DA RECEITA EM DINHEIRO DO COFRE DA THESOURARIA DO MINISTERIO DA FAZENDA, NO MEZ DE MARÇO DE 1860

RENDIMENTOS

Contrato geral do tabaco

Importancia dos dois quintos pertencentes á fazenda, das prestações de março e abril de 1860, para juros e amortização do emprestimo de 4.000.000 réis, pagas pelas meçadas de fevereiro e março do dito contrato

7.944.860

Idem da prestação de março de 1860, pertencente ao banco de Portugal, para os referidos juros e amortização, paga pela meçada do contrato de fevereiro do dito anno

21.027.570

Idem por conta da consignação pertencente á junta do credito publico

113.500.000

Decimas

112.292.033

Imposto para amortização de notas

2.620

Juros de bonds e inscrições pertencentes ao caminho de ferro

14.260

Idem de bonds e inscrições pertencentes á fazenda

15.000.000

Juros diversos

26.215

Proprios

12.587.497

Sólo

1.184.481

Venda de propios

283.702.528

OPERAÇÕES DE THESOURARIA

Aleances

2.031

Banco de Portugal—conta de barras de prata

1.195.832

Letras a desconto ou cobrança

30.040.181

Operação por lei de 16 de abril de 1859

70.500

Supplementos

Importancia de supplementos feitos por diversos, sendo 38.700.000 réis ao premio de 6 1/2 por cento ao anno, e 8.056.666 réis sem vencimento de juro

46.756.666

Transferecias de fundos

Do cofre central do districto de Coimbra

36.176.000

Venda de inscrições

76.220.575

190.460.145

RESUMO

Rendimentos

283.702.528

Operações de thesouraria

190.460.145

474.162.673

DESENVOLVIMENTOS DA DESPEZA EM DINHEIRO PAGA PELOS DIVERSOS COFRES EM LISBOA, NO MEZ DE MARÇO DE 1860

MINISTERIO DA FAZENDA

ENCARGOS GERAES

Dotações da familia real

Dotação de Sua Magestade El-Rei D. Pedro V, meçada de fevereiro de 1860

21.395.834

Idem de Sua Magestade El-Rei D. Fernando, dito

5.833.333

Idem de sua alteza o senhor infante D. Luiz, dito

1.333.333

Idem de sua alteza o senhor infante D. João, dito

233.333

Idem de sua alteza o senhor infante D. Fernando, dito

233.333

Idem de sua alteza a senhora infanta D. Antonia, dito

233.333

Idem de sua alteza a senhora infanta D. Isabel Maria, dito

1.666.666

Idem da serenissima senhora infanta D. Isabel Maria, dito

1.666.666

32.829.164

Cortes

Despeza da camara dos dignos pares no mez de fevereiro de 1860

1.500.000

Idem da camara dos srs. deputados

9.000.000

10.500.000

Juros e amortizações a cargo do thesouro

so governo, e da reforma de outros que se venceram no dito mez

Commissões e corretagens

19.893.716

Premios de transference de fundos

214.980

Juros e amortização do emprestimo para melhoramentos no theatro de S. Carlos

30.666

Juros e amortização do emprestimo de 4.000 contos de réis, prestação de março de 1860

145.832

21.027.570

41.312.764

84.641.928

Transporte

84.641.928

Classes inactivas

Vencimentos de classes inactivas de consideração e não consideração, respectivos a diversos mezes

28.314.046

Diversos encargos

Importancia pertencente á misericórdia de Lisboa, dos emolumentos cobrados na alfandega grande de Lisboa, que entrou no cofre da receita geral no mez de março de 1860

414.5605

Vencimentos da guarda real dos archieiros, respectivos ao mez de fevereiro de 1860

265.656

Restituições de rendimentos indevidamente arrecadados

2.864.359

111.500.594

Serviço proprio

Secretaria d'estado

Vencimentos do mez de fevereiro de 1860

789.5465

Despesas diversas

96.180

885.6645

Thesouro publico

Vencimentos de diversos mezes

3.616.689

Despesas diversas

421.940

4.038.629

Tribunal de contas

Vencimentos do mez de fevereiro de 1860

3.416.305

Procuradoria geral da fazenda

Vencimentos do mez de fevereiro dito

259.166

Alfandegas

Vencimentos do mez de fevereiro dito aos empregados da alfandega grande e municipal, e da administração geral do pescado

4.553.796

Despesas com a fiscalização das alfandegas e administração geral do pescado

17.394.074

Despesas de alfandegas menores

1.889.888

28.837.578

Administração geral da casa da moeda e papel sellado

Vencimentos do mez de fevereiro dito

589.282

Ferias

1.083.110

Material e despesas de expediente

666.335

Commissão aos vendedores de papel sellado

27.536

Papel para sellar

1.057.420

3.424.333

Repartições de fazenda

Vencimentos do mez de fevereiro dito, dos empregados da repartição de fazenda do districto de Lisboa

452.080

Quotas aos exatores de fazenda no referido districto, respectivas a diversos mezes

1.817.808

Despesas com impressos e outras para serviço da mesma repartição

1.812.924

4.082.812

Empregados addidos de repartições extinctas

Vencimentos do mez de fevereiro dito

Despesas diversas	1.880.800	1.780.800
Vencimentos	400.000	
Despesas diversas		
Oficiais reformados		
Vencimentos	820.910	
Despesa extraordinária	57.919.515	
Depositos do ultramar	1.000.000	
Total	58.919.515	
MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS		
Secretaria d'estado		
Vencimentos do mez de fevereiro de 1860.	804.505	
Corpo diplomatico		
Despesas da legação em Bruxellas.	360.000	
Corpo consular		
Vencimentos do mez de fevereiro dito, e despesas do consulado em Tanger.	226.666	
Despesas eventuaes		
Gratificação aos empregados da commissão mixta portugueza e hespanhola.	250.000	
Vencimentos do mez de fevereiro dito aos empregados do corpo diplomatico.	55.000	
	305.000	1.890.801

Transporte	55.817.805	
Vencimentos do mez de fevereiro de 1860.	2.678.209	
Estradas		
Credito extraordinario por carta da lei de 7 de junho de 1859.	27.000.000	
Caminhos de ferro		
Despesas com varias obras	8.500.000	
Melhoramentos da cidade.	6.000.000	14.500.000
Trabalhos geodesicos		
Vencimentos do mez de fevereiro de 1860, e despesas com os trabalhos geodesicos, geologicos, chorographicos, hydraulicos, e scepção de minas.	4.243.816	
Estabelecimentos de instrucção		
Vencimentos do mez de fevereiro dito.	4.000.000	
Correio geral		
Vencimentos e despesas da administração geral dos correios.	18.152.883	
	72.586.845	

Despesas diversas	72.586.848	
Diversas despesas	7.241.365	
Total	79.828.213	
JUNTA DO CREDITO PUBLICO		
Consignações para os encargos da junta.	279.841.529	
Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 20 de abril de 1860. — Joaquim José do Nascimento Lupi.		
ESTADO DA DIVIDA DO THESOURO, PROVENIENTE DE DIVERSAS OPERAÇÕES		
Divida em 29 de fevereiro de 1860	1.565.874.815	
Dita contrahida em março dito.	30.500.000	
Dita paga no dito mez.	125.866.765	
Diminuição.	95.366.765	
Deuda-se a importancia dos emprestimos que foram substituidos por outros que não são considerados divida fluctuante.	148.100.000	
Réis.	1.322.408.050	
Direcção geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 20 de abril de 1860. — Joaquim José do Nascimento Lupi.		

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES VENDE DE FOROS, CENSOS E PENSÕES NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852, DECLARANDO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857, COM APLICAÇÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metálica, e tres quartas partes em títulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre nos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo praso, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

Lista 1697

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 29 DE MAIO DE 1860
Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE BRAGA CONSELHO DE AMARES Inventário n.º 57

26568 Fóro de 180 réis, uma raza e trinta e um trinta e dois avos de centeio, uma raza e trinta e dois avos de milho alvo, um almeide e cinco oitavos de vinho molle, tres quartas de um cabrito ou 90 réis, tres quartas de uma gallinha, frangão e meio, e tres quartas de uma duzia de ovos, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta José Pires — 59.5337.

26569 Fóro de tres oitavos de uma raza de trigo, duas razas e uma quarta de centeio, duas razas e uma quarta de milho alvo, tres quartas de uma leitosa ou 150 réis, gallinha e meia, e seis frangãos, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio da Cruz — 53.5762.

26570 Fóro de 30 réis, um alqueire e trinta e um trinta e dois avos de milho alvo, um alqueire e trinta e um trinta e dois avos de centeio, tres quartas de um almeide de vinho molle, tres oitavos de um carneiro, e tres quartas de um cabrito, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Francisco Pires — 43.5779.

26571 Fóro de 15 réis, uma raza e onze dezeses avos de centeio, duas razas e sete dezeses avos de milho alvo, tres quartas de um alqueire de vinho molle, um quarto de um carneiro, gallinha e meia, tres quartas de um cabrito, e frangão e meio, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Francisco Pires — 48.5033.

26572 Fóro de 210 réis, tres dezeses avos de uma raza de trigo, uma raza e vinte e cinco trinta e dois avos de centeio, uma raza e vinte e cinco trinta e dois avos de milho alvo, tres quartas de uma gallinha, e tres frangãos e tres quartas, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco Dias — 40.5191.

26573 Fóro de 45 réis, tres oitavos de uma raza de trigo, duas razas e sete dezeses avos de centeio, duas razas e sete dezeses avos de milho, tres oitavos de um carneiro, tres oitavos de um cabrito, tres quartas de uma gallinha ou 60 réis, tres quartas de um alqueire de vinho molle, tres quartas de uma gallinha, e frangão e meio, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Sebastião Lourenço — 56.8808.

26574 Fóro de 67 1/2 réis, tres dezeses avos de uma raza de meio, tres quartas de uma gallinha, e frangão e meio, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Miguel Fernandes — 63.681.

26575 Fóro de tres oitavos de uma raza de trigo, uma raza e onze dezeses avos de centeio, uma raza e onze dezeses avos de milho alvo, dez canadas e meia de vinho molle, nove dezeses avos de um carneiro, tres oitavos de uma gallinha, e tres oitavos de um cabrito, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Fernandes — 47.6691.

26576 Fóro de 7 1/2 réis, gallinha e meia, e frangão e meio, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco Marques — 65.506.

26577 Fóro de 67 1/2 réis, tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um frangão, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Miguel Antonio de Oliveira — 43.368.

26578 Fóro de dois frangãos e um quarto, imposto em um pedago do monte, sito na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Pedro Dias dos Lobos — 28.625.

26579 Fóro de gallinha e meia, frangão e meio, e quatro canadas e meia de vinho, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Francisco — 11.6625.

26580 Fóro de gallinha e meia, e dois frangãos e um quarto, imposto em varias propriedades, situadas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Francisco de Araujo — 78.250.

26581 Fóro de 270 réis, tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um frangão, imposto em casas e bouças, situadas na freguezia de Santa Martha

de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel José Francisco — 78.912.

26582 Fóro de 52 1/2 réis, imposto em uma casa e terra, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco José Vieira — 918.

Somma R. 397.8491

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.
Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 18 de abril de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

Lista 1698

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 30 DE MAIO DE 1860
Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE BRAGA CONSELHO DE AMARES Inventário n.º 57

26583 Fóro de tres quartas de uma gallinha, e dois frangãos e um quarto, imposto em uma casa e cerca, sitas no Molol, freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta André da Silva — 5.6650.

26584 Fóro de 165 réis, duas gallinhas e um quarto, e tres quartas de um frangão, imposto em uma casa, bouças e maninhos, sitas na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio José Pereira — 11.8337.

26585 Fóro de 815 réis, e duas gallinhas e um quarto, imposto no praso denominado do Follão, e maninhos, sito na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Jeronymo Gomes, viúvo — 13.4462.

26586 Fóro de dois frangãos e um quarto, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco Tinoco — 3.000.

26587 Fóro de 97 1/2 réis, duas gallinhas e um quarto, tres quartas de um frangão, e mais tres quartas de outro frangão ou 22 1/2 réis, imposto em uma casa e pertença, sita na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Bento Pereira — 11.5050.

26588 Fóro de frangão e meio, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisca, solteira, filha de Bento Francisco — 2.6000.

26589 Fóro de um alqueire e sete oitavos de trigo, uma raza e uma oitava de centeio, uma raza e uma oitava de milho, dois almeides e um oitavo de vinho, tres quartas de um quartilho de azeite, gallinha e meia, tres quartas de um frangão, e 37 1/2 réis, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Henrique José Carneiro — 11.3485.

26590 Fóro de nove dezeses avos de uma raza de meio, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Henrique José Carneiro — 5.025.

26591 Fóro de 75 réis, e tres quartas de uma gallinha, imposto em uma casa e pertença, sitas na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Custodia Carneiro — 3.962.

26592 Fóro de 90 réis, imposto em um pedago do monte no Outeiro, freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Guiomar Antunes — 1.6575.

26593 Fóro de tres oitavos de um alqueire de trigo, uma gallinha e sete oitavos, e frangão e meio, imposto em varias terras, sitas na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Cecilia Fernandes — 1.4362.

26594 Fóro de dois frangãos e um quarto, imposto em uma terra de horta e eira, sita na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco de Sousa — 3.0000.

26595 Fóro de tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um frangão, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Miguel da Silva — 3.650.

26596 Fóro de 225 réis, vinte e um trinta e dois avos de uma raza de trigo, uma raza e cinco dezeses avos de centeio, duas razas e um dezeses avos de milho alvo, dez canadas e meia de vinho, tres quartas de um quartilho de azeite, e gallinha e meia, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio José Carneiro — 72.791.

26597 Fóro de tres dezeses avos de uma raza de trigo, imposto em uns maninhos na Pedreira de Baixo, freguezia de Santa Maria de Bouro. Emphyteuta Domingos Martins — 2.886.

26598 Fóro de vinte e um trinta e dois avos de uma raza de trigo, imposto em uns maninhos e outras propriedades, sitas no Cubo, Pedreira e Monte dos Cancellos, na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Ribeiro de Araujo — 10.041.

26599 Fóro de tres quartas de uma gallinha, e frangão e meio, imposto no monte da Agulhinha, e mato acima da Fonte da Píolhosa, sitas na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Lucas da Costa — 4.6650.

26600 Fóro de 15 réis, gallinha e meia, e frangão e meio, imposto em uma casa, cerca, e maninhos, sitas na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Mathias Fernandes — 7.562.

26601 Fóro de tres dezeses avos de uma raza de trigo, nove trinta e dois avos de uma raza de meio, quatro canadas e meia de vinho, e tres gallinhas e tres quartas, imposto em um terço do casal do Cano, sito na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Pedro Vidal — 28.041.

26602 Fóro de quatro razas e uma oitava de trigo, imposto no campo do Lagar Velho, sito na freguezia de Santa Maria de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Ribeiro, orphão — 63.112.

Somma R. 378.121

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.
Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 20 de abril de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

prios nacionaes, 20 de abril de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

Lista 1699

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 30 DE MAIO DE 1860
Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE PORTALEGRE CONSELHO DE AVIZ Extincta inquisição de Évora

26603 Fóro de 3.000 réis, imposto em uma casa, na praça de Aviz. Emphyteutas os herdeiros de José Maria Feijão — 45.000.

26604 Fóro de 300 réis, imposto em uma courela, ao Rosal, em Aviz. Emphyteuta Lourenço José — 4.500.

26605 Fóro de 1.275 réis, imposto em uma courela, denominada do O, na quinta de Santa Anna, suburbios de Aviz. Emphyteutas os herdeiros de João Ignacio Maneta — 19.124.

26606 Fóro de 1.200 réis, imposto em quarenta e sete oliveiras, nas herdades da Samarra e Arrazina. Emphyteutas os herdeiros de João Ignacio Maneta — 18.000.

CONSELHO DO CRATO Casa do infantado

26607 Fóro de 532 1/2 réis, imposto em uma casa, sita na villa do Crato. Emphyteuta Domingos Cordero Carrilho — 7.986.

26608 Fóro de 600 réis, imposto em uma casa, sita na rua da Carreira da Flor da Rosa. Emphyteutas os herdeiros de José Bello — 9.000.

26609 Fóro de 802 1/2 réis, imposto em nove moradas de casas, sitas na rua da Carreira da Flor da Rosa. Emphyteutas os herdeiros do capitão João Farinha — 12.8036.

26610 Fóro de 1.200 réis, imposto em uma casa, sita na rua da Carreira da Flor da Rosa. Emphyteuta Rosa Rivas — 18.000.

26611 Fóro de 5.700 réis, imposto em uma herdade, denominada do Sourinho, sita na freguezia do Monte da Pedra. Emphyteutas os herdeiros de João Farinha — 55.500.

26612 Fóro de 2.850 réis, imposto em uma tapada com oliveiras, em Aldeia da Matta. Emphyteuta João da Fonseca — 42.750.

26613 Fóro de 6.750 réis, imposto em uma tapada, na coutada do Barro. Emphyteutas os herdeiros de José de Mattos Raymond — 101.8250.

CONSELHO DE FRONTEIRA Extincta inquisição de Évora

26614 Fóro de 6.300 réis, imposto em uma casa, sita na praça de Fronteira. Emphyteuta José Antonio de Castro — 94.500.

26615 Fóro de 3.000 réis, imposto em uma casa, sita na rua do Sol, em Fronteira. Emphyteuta Maria de Alegria — 45.000.

26616 Fóro de 1.850 réis, imposto em uma casa, sita na rua dos Fornos. Emphyteuta Joaquim Paulo Malanho — 15.750.

26617 Fóro de 3.825 réis, imposto em uma casa, sita na rua de Santarem. Emphyteuta José Correia dos Pintos — 57.874.

26618 Fóro de 1.500 réis, imposto em uma casa, á Boa Vista, em Fronteira. Emphyteutas os herdeiros de João Martins Zorra — 22.500.

26619 Fóro de 9.000 réis, imposto em um lagar de fazer azeite, em Fronteira. Emphyteutas os herdeiros de D. Feliciano Sacotto — 135.000.

CONSELHO DE MONTENEGRO Inventário n.º 367

26620 Fóro de cinco alqueires e uma quarta de trigo, imposto em uma tapada com olival, em Ammanha, freguezia matriz. Emphyteuta Claudio José de Moura — 32.200.

26621 Fóro de 1.200 réis, imposto em um forrejal com oliveiras, á Forca. Emphyteutas os herdeiros de Luiz Pinto Proença — 18.000.

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.
Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 20 de abril de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

Lista 1700

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 30 DE MAIO DE 1860
Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE COIMBRA CONSELHO DE MONTENEGRO O VELHO Inventário n.º 440

26622 Fóro de quatro selamins e uma oitava de milho, imposto em uma terra no sitio das Areias, que parte do norte com propriedade de D. Francisca Xavier Antonio de Moraes. Emphyteuta Francisco Rodrigues, da Castanheira — 4.183.

26623 Fóro de tres selamins e uma oitava de milho, imposto em uma leira de terra no sitio do Rodello, que parte do sul com terra de Francisco Rodrigues. Emphyteutas o capitão Antonio José de Seiga, e sua mulher — 3.170.

26624 Fóro de uma selamin e uma quarta de milho, imposto em uma leira de terra no sitio do Rodello, que parte do norte com terra do capitão Antonio José de Seiga. Emphyteuta Francisco Rodrigues, da Castanheira — 1.266.

26625 Fóro de selamin e meio de milho, imposto em uma leira de terra no sitio do Rodello, que parte do norte com terra de Francisco Rodrigues. Emphyteutas Manuel Rodrigues Estudante e seu irmão — 1.520.

26626 Fóro de um selamin e onze dezeses avos de milho, imposto em uma leira de terra no sitio das Arramadas, que parte do sul com terra de Manuel Mendes, de S. Silvestre. Emphyteutas Antonio da Malva Rangel, e sua mulher — 1.5712.

26628 Fóro de dois selamins e cinco oitavas de milho, imposto em uma terra no sitio das Arramadas, que parte do norte com terra de Manuel das Neves. Emphyteuta o padre João Antonio de Sousa Negrão, prior da igreja do Salvador da cidade de Coimbra — 2.662.

26629 Fóro de nove dezeses avos de um selamin de milho, imposto em uma leira de terra no sitio das Arramadas, que parte do norte com terra de Manuel Ribeiro Gonçalves. Emphyteutas Manuel das Neves, e sua mulher, das Quintas de S. Silvestre — 570.

26630 Fóro de um selamin e uma oitava de milho, imposto em uma leira de terra no sitio das Arramadas, que parte do sul com terras de Manuel das Neves e do padre João Antonio de Sousa Negrão. Emphyteutas Manuel Ribeiro Gonçalves, e sua mulher, de Quimbres — 1.5141.

26631 Fóro de nove dezeses avos de um selamin de milho, imposto em uma leira de terra no sitio das Arramadas, que parte do sul com terra de Manuel Ribeiro Gonçalves. Emphyteuta D. Luiza Joaquina de Sousa Azevedo, solteira, de Coimbra — 570.

26632 Fóro de nove dezeses avos de um selamin de milho, imposto em uma leira de terra no sitio das Arramadas, que entesta do poente com terra da Sé. Emphyteuta Luiz de Azevedo e Mello, do Couto de Ancede — 570.

26633 Fóro de dois selamins e uma quarta de milho, imposto em uma terra, no sitio dos Cagaveas, que parte do nascente com o doutor Bernardo Correia de Azevedo Morato, de Coimbra. Emphyteuta Antonio da Malva Rangel, viúvo, da Castanheira — 2.283.

Estes fóros voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

CONSELHO DE COIMBRA Inventário n.º 423

26634 Fóro de 1.500 réis, imposto em uma fazenda, sita na Zomparría, termo de Coimbra. Emphyteuta o desembargador Manuel Thomaz de Sousa — 22.500.

26635 Fóro de 2.700 réis, imposto em duas vinhas no logar de Almalaguez, uma com arvores de fructo, sita onde chamam o Logar Velho, a qual parte de um lado com José Amado, e a outra sita onde chamam a Fonte da Vinha, a qual parte de um lado com Manuel Correia; formando ambas um praso factosim. Emphyteutas Caetano de Sousa, e José Simões Amado — 40.500.

Somma R. 83.6217

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.
Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 20 de abril de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

Lista 1701

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 31 DE MAIO DE 1860
Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 2.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE BRAGA CONSELHO DE VILLA VERDE Comenda de S. Salvador de Valdeu

26636 Fóro de 1.125 réis, imposto no casal de Sua Chouza, sito na freguezia de S. Salvador de Valdeu: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Francisco — 16.875.

26637 Fóro de 378 3/4 réis, tres alqueires e tres quartas de meio, dois almeides e um quarto de vinho cosido, gallinha e meia, e tres oitavos de uma canada de mantaiga, imposto em um praso no casal de Meixões, sito na freguezia de S. Salvador de Valdeu: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Francisco Nogueira — 60.430.

26638 Fóro de 450 réis, tres alqueires de meio, e tres alqueires de vinho cosido, imposto em um praso no casal da Tomada, sito na freguezia de S. Salvador de Valdeu: praso em vidas. Emphyteuta o padre Antonio José Martins da Santa — 42.890.

26639 Fóro de 637 1/2 réis, imposto no casal de Meixões de baixo, sito na freguezia de S. Salvador de Valdeu:

26668 Fôro de trinta e sete alqueires e meio de trigo, seis cabritos, e tres gallinhas, imposto em dois casacos, que constam de diferentes propriedades, no sítio de Bostelm em S. Paulo, termo de Coimbra, que partem do nascente com o canal dos Cabragues. Emphyteuta Antonio Xavier Zuzarte —26668080.

Somma R. 306621
Declara-se que os fôros estão todos reduzidos, e que o laudêmio é de quarentena conforme a lei.
Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 21 de abril de 1860. — Antonio Joaquim da Silva.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

1.ª Direcção — 4.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Jacinto José o abono dos vencimentos que ficaram em divida a seu fallecido pae, Manuel José, que foi cabo d'esquadra da 1.ª companhia do 1.º batalhão de veteranos, para que se houver algum que se julgue com melhor direito a recepção dos ditos vencimentos o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este annuncio, findo o qual

será a pretensão do supplicante decidida como for de justiça.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Oeiras, no anno economico de 1851 a 1852, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto os orçamentos geral e supplementares do anno economico de 1851 a 1852, da camara municipal do concelho de Oeiras, mostra-se d'elles ser a receita propria do anno, excluidos os saldos dos annos anteriores, e a importancia das dividas activas

de 3:891680 réis, e assim inferior á alçada do tribunal, segundo a disposição do artigo 11.º n.º 2.º do decreto de 19 de agosto de 1859. Pelo que julgam que não compete a este tribunal tomar conhecimento da conta de que se trata, e mandam que ella se devolva ao governador civil do districto para que a faça julgar pelo tribunal competente.

Lisboa, 20 de março de 1860. — Correia Caldeira — Sampaio — Lobo — Paiva Pereira. — Fui presente, Branco.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 17 de abril de 1860. — Caetano Francisco Pereira Garcez.

Mapa do rendimento cobrado pelas transmissões telegraphicas nacionaes e internacionaes, e designação das taxas correspondentes aos despachos officiaes de serviço interno do estado, nas estações abaixo especificadas, desde 1 até 15 de novembro de 1859

ESTAÇÕES	DIAS															PARTE INTERNACIONAL DOS DESPACHOS		DESPACHOS OFFICIAES QUE NÃO PAGAM TAXAS	SOMMA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Transmittidos	Recebidos		
Principal em Lisboa	223405	203795	173410	43395	173060	103550	203495	143745	143685	173835	233660	123810	133885	153185	133430	2013634	1553407	1273350	7243876
Cortes	—	—	—	—	13390	3850	3850	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33670
Necessidades	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	23731
Cintra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	53290
Mafrã	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	63400
Belem	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	63485
S. Julião da Barra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33055
Vendas Novas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	83760
Monte-mór o Novo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	23905
Evora	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13370
Estremoz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	133415
Elvas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	153959
Santarem	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	203813
Villa Franca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3540
Caldas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	73675
Leiria	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	133825
Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	503830
Aveiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	143935
Oliveira de Azemeis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13370
Porto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2633080
Braga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	443495
Vianna do Castello	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	253059
Caminha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	103822
Valença	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	203889
Beja	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	143690
Villa Real de Santo Antonio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	213592
Tavira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	183824
Faro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	943061
Thomar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33160
Barquinha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	63790
Abrantes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	73375
Castello Branco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	163695
Portalegre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	153273
Vizeu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	233635
Foz do Douro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cantareira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Barcellos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Barreiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Setubal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Figueira da Foz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	553352	593605	503270	323848	453034	413370	693638	553433	633809	603010	603914	363285	473496	463031	463068	2513039	1763623	3873333	1:5853762

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 6 de março de 1860. — O director geral, José Bernardo da Silva.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A primeira sessão terá lugar amanhã 24 do corrente, sendo a primeira parte da ordem do dia as interpeações do digno par visconde de Ponte Arcada, e a segunda parte a continuação da discussão do parecer n.º 8 sobre o projecto de lei n.º 9. Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 23 de abril de 1860. — Diogo Augusto de Castro Constancio.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericordia d'esta corte manda annunciar que tem a prover algumas esmolas em pessoas pobres residentes na freguezia de S. Christovão no antigo sítio de S. Mamede, o qual se compõe das seguintes ruas: rua nova de S. Mamede; entulho da Igreja de S. Mamede; pateo do Landim; escadinhas de S. Christim; costa do Castello, desde as ditas escadinhas até á casa n.º 22, pela antiga numeração. Toda a pessoa que tiver as circunstancias acima declaradas pode requerer á mesa no prazo de quinze dias, devendo o seu requerimento ser informado pelo parochio.

Contadoria da misericordia de Lisboa, 20 de abril de 1860. — O official maior, Antonio Izidoro de Almeida.

CASA PIA DE LISBOA

Não se tendo verificado no dia 21 do corrente a arrematação da botica da casa pia de Lisboa, a administração da dita casa manda annunciar que haverá nova praça para o mesmo fim no dia 28 do corrente mez.

Belem, 21 de abril de 1860. — O director, Francisco de Paula Heitz.

ASYLO DA MENDICIDADE

No dia 20 do corrente se recebeu n'este estabelecimento, da ex.ª sr.ª D. Christina Candida Farto de Miranda, a quantia de 1003000 réis, legada ao mesmo asylo por seu fallecido marido o sr. João Pedro de Miranda.

Lisboa, 23 de abril de 1860.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 25 do corrente, pelo meio dia, o mesmo conselho ha de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo tempo que se convencionar, da pregadura necessaria para consummo no arsenal.

Não tendo sido aceito o ultimo lango offerecido em praça no dia 17 do corrente, pelo transporte das madeiras cortadas na matta do Bouro, para o serviço do arsenal da marinha, desde a referida matta até ao embarque no Carregado, de novo se ha de abrir arrematação no dia 1 de maio futuro, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, para o transporte das ditas madeiras.

No dia 3 de maio futuro, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho pôr de novo em arrematação, na sala das suas sessões, a venda de uma porção de cabos julgados inúteis para o serviço do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 21 de abril de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

O aviso telegraphico do paquete de Inglaterra está á vista recebido-se hoje ás 11 horas e 30 minutos da manhã: a mala entrou n'esta repartição ás 2 horas da tarde: a distribuição da correspondencia começou ás 3 e 20 minutos: a pequena posta saiu ás 4.

Em 22 de abril de 1860.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 26 do corrente, para Antuerpia, o vapor francez *Danube*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ás 7 horas, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás 7 e meia horas da manhã do referido dia.

Administração central do correio de Lisboa, 23 de abril de 1860. — O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa
Alberto Ferreira da Silva, Alexandre da Cunha, Alexandre José Mendes Sousa, Anna Victoria Rocha Torres — Condessa de Mello — Duqueza de Palmella — Faustino da Gama, Francisca Rita — Ignacio Franco, João da Silva Carvalho, Joaquim Luiz, José Izidoro da Silva — Marquez de Rezende, Maria Amalia — Sá (sr.).

Administração central do correio de Lisboa, em 23 de abril de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 23 DE ABRIL

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Ao meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 79 srs. deputados.

O sr. Presidente — declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Lê-se um parecer da comissão de verificação de poderes, approvando o diploma do sr. João Pedro de Almeida Pessanha.

É approvado sem discussão; e depois de proclamação do sr. Almeida Pessanha, é introduzido na sala, assim como o sr. Diogo Pereira Forjaz, e ambos prestam juramento e tomam assento. Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Plácido de Abreu, de que por motivo justificado não compareceu na sessão do dia 21 do corrente. — Inteirada.

2.º Declaro que votei contra a contribuição de registro nos contratos de permutação. — Luiz Albano.

3.º Do sr. Noronha Menezes, de que o sr. Telles de Vasconcellos não tem comparecido ás sessões passadas, e não pôde comparecer á de hoje por motivo justificado. — Inteirada.

4.º Do sr. Rebelo da Silva, de que por incommodo de saúde deixou de comparecer ás sessões de 20 e 21 do corrente, assim como por motivo justificado é que algumas vezes não estará ás horas da abertura da sessão. — Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Mendes de Vasconcellos, participando que por motivo fundado não pôde comparecer á sessão de hoje. — Inteirada.

2.º Do ministerio da fazenda, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação da camara de municipal de Lagos, em que pede a concessão da igreja de Nossa Senhora da Graça. — A comissão de fazenda.

3.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, a representação dos possuidores de recibos de classes inactivas, posteriores a julho de 1851, que solicitam o pagamento d'aquelles titulos. — A comissão de fazenda.

4.º Do mesmo ministerio, dando os esclarecimentos pedidos pelos srs. Lopes Branco e D. Rodrigo de Menezes, sobre o numero de companhias e barcos de pesca que existem em toda a costa, homens que se empregam n'esta industria, e governo e forma das suas sociedades. — Para a secretaria.

5.º Do mesmo ministerio, acompanhando, em satisfação a um requerimento do sr. Affonso Botelho, uma collecção dos decretos, regulamentos, e instrucções, que têm sido expedidos aos delegados do thesouro nos districtos do continente do reino, regulando o serviço da contribuição predial de repartição e o da sua cobrança. — Para a secretaria.

6.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento em que Antonio Zacharias Valladares Gamboa de Buitrago, pede se lhe pague por inteiro o ordenado com que foi aposentado. — A comissão de fazenda.

7.º Uma representação da camara municipal e habitantes do concelho de Alcobaca, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo. — A comissão de fazenda.

8.º Da mesa da misericordia da cidade de Lagos, pedindo que a terça parte do producto dos legados pios não cumpridos e cobrados na comarca, seja applicada ao hospital da misericordia, e retirada ap

das Caldas de Monchique, que o não precisa. — A comissão de administração publica.

9.º De alguns guarda-livros, caixeiros e empregados de companhias anonymas estabelecidas em Lisboa, queixando-se da tabella do projecto da contribuição industrial. — A comissão de fazenda.

10.º De alguns possuidores de titulos de vencimentos de servidores e pensionistas do estado, relativos a epochas comprehendidas na capitalisação autorisada pela lei de 28 de fevereiro de 1851, pedindo a prorrogação do prazo para capitalisarem estes titulos. — A comissão de fazenda.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Requeiro que, pela secretaria da marinha e ultramar, se mande a esta camara uma nota dos dinheiros consumidos com as despesas da provincia de Moçambique, pertencentes aos defuntos e ausentes da mesma provincia.

Sala da camara, 21 de abril de 1860. — Balduino.

2.º Requeiro que, pela secretaria da marinha e ultramar, seja remetida a esta camara uma nota dos dinheiros distrainidos do cofre dos defuntos e ausentes da provincia de S. Thomé e Principe, para serem applicados a diversas despesas da mesma provincia.

Sala da camara, 21 de abril de 1860. — Balduino.

3.º Requeiro que, pelo ministerio das justicas, se remetam á comissão de estatistica as representações das freguezias de Tres Minhas, no concelho de Villa Pouca; de Populo, Pegarinhos e Santa Eugenia, no concelho de Alijó, nas quaes pedem ser novamente annexadas ao concelho de Murça. — Rojão.

4.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio do reino, a conta da receita e despesa do estabelecimento — Caldas de Monchique — com designação da sua procedencia desde o 1.º de janeiro de 1850, até 31 de dezembro de 1851.

Sala das sessões da camara dos deputados, 21 de abril de 1860. — Coelho de Carvalho, deputado por Lagos.

5.º Requeiro que a comissão de instrucção publica seja remetida a proposta do director do observatorio astronomico de Coimbra, o sr. Thomás de Aquino de Carvalho, dirigida ao governo em outubro de 1858; com relação ao ajudante do guarda e porteiro d'aquelle estabelecimento.

Sala da camara dos srs. deputados, 21 de abril de 1860. — Luiz Albano.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta e requerimento:

«Considerando que todas as obras publicas devem ser feitas de maneira que a ellas presida sempre o principio economico de combinação com a maior utilidade publica;

Considerando que entre a Ponte da Pedra, em que se deve dar a bifurcação do caminho do norte e do caminho de leste, e a cidade de Coimbra, outro pon-

to obrigado para o caminho de ferro do norte se deve seguir o espaço mais curto para a sua directriz;

Considerando que o espaço mais curto é a linha tirada da Ponte da Pedra, seguindo por Thomar, Valle dos Cabagios, Ribeirinho e Coimbra;

Considerando que a directriz para esta linha é, alem de mais curta, tambem mais economica;

responder. Os nobres marechaes Saldanha e duque da Terceira, as duas espadas do paiz, que podem brilhar a par das melhores espadas lá de fóra, já deram testemunho nesta camara da sua probidade (apoiados); e mais do que isso, e a par de tudo isso apresenta o testemunho de seus collegas que ha mais de nove annos n'esta casa ainda o não virm sustentar os principios absolutistas (apoiados). Esse absurdo, essa anarchia governativa, esses morgados que tanta gente hoje defende e sustenta, foi elle, orador, o primeiro que pediu a palavra contra elles n'esta casa, quando se discutiu a lei, e é immediato n'um vinculo. Onde estão pois as suas idéas absolutistas? Tem direito s. ex.^a de lho chamar absolutista? Os homens que se querem presar de ser christãos, o primeiro testemunho que devem dar ás suas idéas religiosas é a caridade; s. ex.^a faltou a ella para com elle; s. ex.^a cuidou que lhe fazia uma grande injuria; não a fez; se a fizesse, sabe como se levantam as injurias. Não a fez, e deu-lhe logar a declarar perante a camara, quaes são os seus sentimentos, e diz que tem aqui recebido provas de consideração, estima e respeito, para não ser desconsiderado na camara dos dignos pares, onde não quiz entrar, e agora, quando lhe faltassem outros rasões, muito mais convencido está de que fez bem, pelo que n'um discurso de s. ex.^a

Nada mais diz, e cre que a camara lhe não levará a mal este pequeno desforço; mas não termina sem dizer duas palavras dirigidas a muitos dos cavalheiros que estão n'aquella casa, e de quem se pressa de ser amigo. Em tudo quanto disse relativamente a esta insinuação não tem a mais pequena referencia aos membros da camara dos dignos pares do reino; tem sido sempre bem tratado, considerado e respeitado por s. ex.^a, levanta-se contra este facto, e contra quem o praticou; mas respecta a camara dos dignos pares, tem por ella toda a consideração; nunca viu, o que muito estima, que esta camara desconsiderasse a camara dos pares; nem é costume na camara dos srs. deputados dirigir offensas a quem está longe. Tem concluido. (Vozes:—muito bem, muito bem.)

O sr. Dias de Azevedo:—por mais de uma vez tem levantado a voz para demonstrar as vantagens de seguir pelo leito antigo a directriz da estrada de Lisboa a Torres Vedras, quer accreditar, que este seu intento será inútil mesmo porque lhe consta que tendo-se ha muito concluido os estudos para a nova directriz projectada para fins por ora desconhecidos, ainda se não concluiram para ella seguir o antigo leito, e é notavel que quem faz uns e outros estudos, todos affirmam que a estrada pelo antigo leito é mais curta, mais facil de construir, mais commod a maior numero de povoações e ao commercio, e muito mais economica ao thesouro; e não obstante sabe-se que se empregarão todos os meios para ser surpreendida a boa fé e intenções do sr. ministro das obras publicas. Para o prevenir da responsabilidade em que póde incorrer, e de que lhe tomará restrictas contas, manda para a mesa um requerimento pedindo que as representações das povoações limitrophes á estrada, sejam enviadas ao nobre ministro das obras publicas.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—o requerimento que acabou de fazer o sr. deputado está satisfactorio, no numero das representações que foram mandadas para a mesa, indicadas pela commissão das obras publicas, vae o requerimento dos habitantes de S. Miguel de Milharado, e outros. A commissão, em todas estas representações sobre directrizes de obras, tem-se absteido de dar opinião, porque é objecto tecnico, e a commissão para dar o seu parecer, precisava de ter um engenheiro á sua disposição; e tem tomado o arbitrio de as mandar ao governo para as tomar em consideração.

Como estão presentes alguns srs. ministros, deseja que o sr. presidente os convide a declararem quando será possível verificar a interpeção que annunciou ao sr. ministro dos negocios estrangeiros, sobre o annuncio publicado no *Journal des Débats* em Paris, e da designação do nosso ministro n'aquella corte como membro do conselho de administração da companhia dos caminhos de ferro portuguezes.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—o illustre deputado sabe perfeitamente que o sr. presidente do conselho está incommodado, e por isso não tem comparecido na camara. Se o illustre deputado quer verificar a sua interpeção, qualquer dos ministros presentes está habilitado e prompto para satisfazer a ella. Leu o que o sr. deputado disse sobre este assumpto, e julgava que a sua interpeção versava sobre fazer parte do conselho de administração da companhia dos caminhos de ferro portuguezes o nosso representante em Paris, e que apenas por incidente tinha tocado no outro ponto a que se referiu agora, do annuncio publicado no jornal francez.

Sobre este ultimo ponto, o governo não póde aceitar responsabilidade alguma na maior ou menor exactidão com que uma companhia ou seus representantes, ou alguém por ella, fez esse annuncio nos jornaes francezes.

Quanto ao outro ponto, da entrada do sr. visconde de Paiva na companhia, está prompto a responder ao sr. deputado; e prevenindo já a sua pergunta, declara que julga este facto puramente particular, e não ha lei alguma que prohiba a nenhum funcionario publico entrar em qualquer empresa particular. Não é este o primeiro caso que se dá no nosso paiz, e fóra d'elle. O sr. deputado não ignora que o conde de Morlin, presidente do corpo legislativo em França, tem sido presidente de companhias de caminhos de ferro em França, e no corpo diplomatico de muitas nações ha exemplos d'esta ordem. Este negocio é todo particular, e portanto não tem o governo cousa alguma com elle. É o que tem a dizer sobre a interpeção do sr. deputado, e se for preciso mais alguma explicação está prompto a da-la.

O sr. Presidente:—como o sr. ministro da fazenda se dá por habilitado para responder a esta interpeção, por isso dava a palavra ao sr. Mousinho.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—o facto sobre o qual entendo dever provocar explicações da parte do governo, é da sua opinião, grave, de alta moralidade e de decoro nacional. Consta elle do annuncio publicado em Paris no *Journal des Débats* de 13 do corrente, sobre a epigraphie *compagnie royale des chemins de fer portugais*.

Entre os nomes que figuram no conselho de administração da companhia, encontra-se o do sr. visconde de Paiva, com a designação *ministro de Portugal junto á corte de Paris*.

Entendo o governo que seja digno e conveniente que o representante do paiz n'uma corte estrangeira faça parte da direcção de uma companhia cuja empresa é no mesmo paiz? A elle, orador, nem lhe parece digno, nem conveniente. E diz mais: tem a firme convicção de que o proprio ministro que lhe respondeu não o quereria praticar!

Aonde recorrerão os individuos residentes em Paris para terem informações sobre a empresa? Não será á legação portugueza? Merecerão confiança as informações de um dos principaes interessados?

Suppondo uma questão qualquer entre a empresa e o governo, que parte tomará o ministro director? A do seu governo, ou a da empresa que dirige?

Nem se diga que, logo que se dêse a coallição, o governo teria direito de demittir o ministro director. Antes do estabelecimento da coallição haveria in-

formações, reclamações e outros tramites precurosos, nos quaes o ministro poderia ser chamado a interferir. Poderia fazer-lo sem suspeita de parcialidade, sendo elle um dos directores da empresa?

Não sabe que haja exemplo de algum funcionario, nas circumstancias especiaes do visconde de Paiva, fazendo parte da administração ou direcção de companhias, a respeito das quaes, em virtude do seu cargo official, possa ser chamado a informar ou interferir de qualquer maneira.

E mesmo quando lhe citassem similhante exemplo, nem por isso deixaria de condemná-lo.

Licito lhe seja invocar, a respeito do decoro que devem guardar os altos funcionarios da diplomacia, as palavras de um amigo seu, hoje finado, a quem elle, como todos os portuguezes que estiveram em Londres, quando elle exercia ali o cargo de ministro de Portugal, tributam a mais sincera gratidão:

«O representante de uma nação pequena, dizalhe o illustre visconde de Moncorvo, precisa ser duplamente digno e circumspecto; porque tem muitas vezes de supprir com a sua respeitabilidade pessoal, o que não póde dar-lhe a pequenez do estado que representa.»

E o que o honrado visconde de Moncorvo dizia dos representantes dos paizes pequenos, diria elle, orador, tambem dos governos d'esses paizes. As nações pequenas precisam de ser duplamente dignas e circumspectas, porque precisam pôr da sua parte o bom direito e a circumspecção mais inquestionaveis, para grangearem uma consideração que não póde dar-lhes a força material.

Nunca portanto o nosso representante junto á França, deveria, sequer por sombras, deixar que esse excesso de decoro, de circumspecção, de dignidade podesse ser suscitado!

Mas se não póde admitir a participação do nosso ministro na direcção da companhia, muito menos podia admitir que a par d'essa participação já por si mesma censuravel, commettesse o visconde de Paiva uma levandade, que não sabe classificar.

Essa levandade foi tal, que arrancou a um dos principaes diplomatas estrangeiros, n'esta capital, a exclamação a que alludiu n'este logar: «Mal de mim, se eu tivesse caído em similhante culpa.»

O annuncio do *Journal des Débats* contém uma falsidade! O annuncio não diz, como alguém traduziu em portuguez, «submettidas ás cortes»—O annuncio diz: «ratifié par les cortes», e todos sabem que a palavra *ratifié* significa *ratificado ou approbado*, e não *submettido* como infelizmente foi traduzida.

De sorte, que o ministro de Portugal consentiu que se compromettesse o seu nome, e portanto o nome do governo que elle representa, n'um annuncio menos exacto, visivelmente feito com a intenção pouco honesta de illudir os accionistas estrangeiros, pouco ao facto do que se passa em Lisboa. O ministro de Portugal deu logar a que alguém podesse lançar sobre elle, e portanto sobre o governo que elle representa, a suspeita de cumplicidade com os experts da bolsa, n'esse laço armado á ignorancia do publico, para quem a leitura do nome do ministro de Portugal deve supprir-se operaria como uma confirmação autentica da noticia annunciada!

É impossivel que a estas horas a legação franceza, zelosa, como elle cumpre ser, pelos interesses dos seus conterraneos, não haja participado o engano ao seu governo. Sendo assim, e devendo em tal caso o governo francez fazer desmentir na bolsa o annuncio falsificado, pergunta em que circumstancias fica o visconde de Paiva?

Em que circumstancias fica o visconde de Paiva como ministro, que os disfarçou a verdade, ou que se mostrou ignorante de que as cortes são a camara dos pares e a dos deputados, e que um contrato approved n'uma das camaras não póde ser lei em quanto não ten a aprovação da outra, e a sancção do chefe do estado!

E no dia 13 de abril não havia ainda começado a discussão na camara dos pares!

Querá alguém defender o ministro, dizendo que a aprovação da camara dos pares era cousa prevista, que de antemão podia annunciarse? Duvide, porque seria converter a camara hereditaria n'uma chancellaria, o que não é de direito, nem tem sido de facto! Ninguém quererá por certo fazer áquella camara similhante injuria, e o que trouxesse em defeito do ministro similhante argumento, não faria senão reforçar a accusação da levandade.

Supponhamos que a camara hereditaria rejeitava o contrato? Não o crê, nem o deseja, elle que aqui o approvou completamente. Póde porém dar-se a rejeição! Em que posição fica o ministro que deixou comprometter o seu nome no annuncio falso? Que direito poderá dar aos accionistas illudidos a circumstancia de o terem sido com o nome do representante de Portugal?

Resume pois: o facto reprehensivel em si mesmo, ainda que o não aggravasse a circumstancia de ser o annuncio falso, não deve passar despercebido: indecoroso em todo o caso, torna-se compromettedor, logo que ou por uma communicação da legação de França, ou por uma votação da camara dos pares, se veja descoberta a falsidade.

E não accusa por em quanto o governo. Os srs. ministros não são responsaveis pelas levandades dos seus delegados, principalmente tão longe da sua acção directa, em quanto d'ellas não estão informados.

Censura sómente o facto. Aponta-o ao governo, e á camara. Denuncia-o ao paiz, e tinha plena confiança que os srs. ministros fariam o que lhes cumpria para que seja promptamente reparado.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—se o fim que o illustre deputado pretendia atingir não era censurar o governo, e não crê que podesse ser outro o trazer a questão a esta casa, a sua interpeção está naturalmente finda. O governo pede e aceita a responsabilidade de todos os seus actos, mas o que elle, orador, não póde aceitar, nem como ministro, nem como deputado, é que se discutam os actos particulares de qualquer individuo, seja ou não funcionario publico, em relação ao individuo, mas só em relação ao governo; por consequencia a questão é em relação ao governo.

Se o acto a que se refere o sr. deputado não é contrario á lei, porque não ha nenhuma que o prohiba; se s. ex.^a não póde caracterizar como um acto immoral e indecente, como um acto de tal ordem que devesse levar o governo a retirar a confiança áquella funcionario, porque só n'este terreno a questão podia ser tratada aqui; se não é isto, não sabe qual é o fim da interpeção do sr. deputado.

É muito bom pugnar pela decencia e moralidade, mas a decencia e moralidade pede tambem, exige mesmo que se não discutam todas as cousas em todos os logares; e os actos individuaes, quando não tem uma relação directa e immediata com a gerencia das cousas publicas, estão n'este caso.

O sr. deputado entende que não é conveniente que o representante de um paiz seja director de uma companhia de caminhos de ferro. Não discute com o illustre deputado, se julga ou não isto conveniente; mas parece-lhe que sendo assim, se não devia entender só com os diplomatas, mas com todos os funcionarios publicos, e o sr. deputado sabe muito bem que ha muitos funcionarios no nosso paiz, que tem sido censurados por pertencerem de certo no intuito de quererem ser uteis ao seu paiz, a outras empresas, e outros individuos que se enchem funcionarios, nem por isso deixam de ser ho-

mens importantes na politica, como pares, deputados, etc. E como o illustre deputado teve a benevolencia de se dirigir a elle, orador, de uma maneira cavalheira, cumpre-lhe declarar, que nunca foi director de companhia alguma, mas entrou n'uma, julgando que fazia n'isso um tal ou qual serviço ao paiz.

Hoje porém assevera ao sr. deputado que não pertence a nenhuma, nem ha de pertencer mais, não porque julgue isso um acto immoral e indecente, mas por que vivemos em um paiz onde os escrúpulos de moralidade estão por tal maneira apurados, que a mais pequena acção, por mais innocente que seja, é sempre tomada no peor sentido, e como elle, orador, foi por muito tempo victima da calumnia, da infamia e da injuria, quando a sua convicção estava perfeitamente tranquilla, por isso protestou não tornar a fazer parte de companhia alguma, com quanto não julgue isso, repete, immoral nem indecente; não o faz por egoismo, mas por fraqueza.

Collocada a questão n'este terreno, parece-lhe que o cavalheiro de quem se trata tem dado provas de bem servir o paiz; e não havendo lei alguma que o prohiba de fazer parte da direcção de uma companhia com outros cavalheiros francezes, inglezes e hespanhoes, e não tendo elle até hoje perdido a plena confiança que o governo n'elle tem, não lh'a póde o governo retirar por este facto.

Se houver um estrangeiro que deseje saber noticias da companhia, lá tem muita gente a quem se dirija, se se não quiser dirigir ao nosso representante. Alem d'isso elle não está habilitado para dar informações a cada individuo que quizer entrar em uma companhia, sobre a respeitabilidade das pessoas que entram n'ella; aquelles que quizerem essas informações têm muita gente a quem se dirijam; assim como o governo quando quizer informações póde dirigir-se a este ou a outro qualquer cavalheiro; porque este negocio não é tratado só em França, não é um negocio com a bolsa de Paris, é com todas as bolsas. A sede da companhia é em Lisboa; os capitães podem remir-se aqui, em Paris, em Londres ou em Hespanha, aonde convier mais a essa empresa; e sente que nós estejamos n'este momento, em que os jornaes estrangeiros têm escripto a nosso respeito artigos tendentes a fazer acreditar as vantagens d'esta empresa, chamando a attenção publica sobre o nosso paiz, e sobre a utilidade de tratar com elle em assumpto tão importante; sente que nós estejamos a lançar uma especie de stigma de immoralidade sobre um facto, segundo a sua opinião, não só insignificante, mas alheio até á discussão parlamentar.

Quanto ao annuncio, nem o governo responde pela exactidão ou inexactidão da noticia que foi publicada nos jornaes francezes, nem crê que possa imputar-se a responsabilidade d'essa noticia á direcção da companhia; nem vê como o illustre deputado queira tornar responsavel o sr. visconde de Paiva, excluindo d'essa responsabilidade, ou intentando os outros membros da companhia. Não suppe que a direcção fosse consultada sobre o modo de redigir o annuncio; crê que ella mesma não póde ter n'isso responsabilidade, porque isto foi um d'estes meios de especulação, que não caracteriza, empregado por alguém, dando já o contrato approved pelas cortes, quando todos sabem que ainda está affeito á outra casa do parlamento, e que não póde ser lei do estado sem ser approved por ella, e sancionado pelo Rei.

Terminando, sabe muito bem que os maus exemplos não justificam os actos que por sua natureza são condemnados, mas os exemplos que citou, e que se dão mesmo em Paris, devem fazer ver ali as cousas de uma maneira diferente do que as vê o sr. deputado, e este facto de fazer parte da companhia o nosso representante ali não póde ser censurado, nem estranhado, como o sr. deputado suppe, porque ali ha, como já disse, o conde de Morlin, presidente do corpo legislativo, que tem sido director de muitas companhias de caminhos de ferro francezas, e alem d'este, quando ali ha ministros plenipotenciarios de nações estrangeiras, que pertencem a direcções de companhias de caminhos de ferro nos seus paizes, de certo o facto do nosso representante não póde causar ali estranhamento; e a susceptibilidade metellosa dos francezes n'este ponto não póde ser tão exaggerada como talvez a figurou o sr. deputado (muito bem).

O sr. Mousinho de Albuquerque:—ouviu o sr. ministro da fazenda, e sente dizer-lhe que s. ex.^a não o fez mudar de opinião.

Diz mais, s. ex.^a até certo ponto veio de reforço ao que elle, orador, avançou quando disse que fóra uma vez accionista de uma companhia de caminhos de ferro, mas não o tornaria a ser, porque n'este paiz é-se tão metellosos, tão maldizentes, que ha uma tal propensão para tomar tudo em parte, que s. ex.^a protestára para nunca mais. Estava certo, certissimo de que o sr. José Maria do Casal Ribeiro, ministro, não accitaria uma posição qualquer n'uma companhia, na qual tivesse de entrever como governo! E agora permite-lhe a camara dizer a José Maria do Casal Ribeiro (isto a elle e não ao ministro) que nunca lhe passou pela idéa alludir ás insinuações, que em outro tempo fizeram as s. ex.^a E muito amigo d'elle, e nunca ataca os seus actos; só se persuadido de que havia verdade em taes insinuações, teria deixado de estender a mão a s. ex.^a; mas em quanto lh'a estender, creia s. ex.^a que é porque o estima sinceramente.

Pergunta-lhe o sr. ministro porque só trouxe á discussão o sr. visconde de Paiva, e não outros cavalheiros que o acompanham n'aquillo que reputam menos decoroso. E porque esses cavalheiros não representam o governo em parte alguma, e o seu acto meramente particular não é de sua alçada ou da alçada da camara ou da do governo. O direito de discutir o acto, dá-o a posição official do sr. visconde de Paiva, e é essa posição, e nada mais, que póde torna-lo digno de censura.

S. ex.^a extranhou que se quizesse desconsiderar a companhia Para que havia de querer desconsiderar a companhia, se votou aqui o contrato? Se quizesse hostilizar a empresa teria tido a coragem de rejeitar aqui o contrato e modificá-lo. Teve coragem! diz mal. Não é para rejeitar, não é para fazer opposição a tudo, que é mister coragem. Coragem precisamos nós, coragem precisa o governo para arcar contra uma falsa impopularidade, impopularidade do momento, porque o futuro ha de fazer-lhe justiça contra uma impopularidade facticia, excitada por toda a casta de maneios lá fóra. Arrou como disse com essa impopularidade. O ralar de tudo é facil, e quando ouve certa gente fazer consistir em censurar todo o seu officio parlamentar, lembra-lhe a historia do papagaio, que chamado a um concerto de todas as aves, pateou, assobiou, deu toda a casta de signal de reprovação a quantos cantores se apresentaram. Convidado a cantar por sua vez, o papagaio recusou-se. «Senhores, disse elle, eu assobio bem, mas cantar... isso não posso.» Conhece certa escola entre nós, que é a d'este papagaio.

Mas voltando ao assumpto, de que pede perdão á camara de se ter desviado, já disse que não propunha uma censura ao governo. Tambem não vem dar-lhe um conselho, mesmo porque não é dos conselheiros da situação, é amigo, mas classificado de amigo incommodo; portanto não lhe cumpre aconsellar. Chama a attenção do governo sobre a conduta do seu representante. O governo fará o que entender. Entende dever votar-lhe uma coroa civil.

ca? vote-lh'a embora. A camara e o paiz appreciam!

Consultada a camara sobre se devia ser concedida a palavra aos srs. Afonseca, Alves Martins e Gaspar Pereira, que a pediram sobre este objecto, resolve affirmativamente.

O sr. Afonseca:—sente profundamente que este negocio tenha vindo á camara, e apresentado por maneira que dá logar a illações que a cousa em si não só não comporta, mas tende a ferir o credito de um cavalheiro que tem dignamente representado a nação portugueza em Paris. Lamenta tanto mais, quanto é certo que a interpeção e a sua consequente censura, versa sobre um engano na collocação do individuo de quem se trata. Direcção de uma companhia, accionista de uma companhia, e membro do conselho de administração de uma companhia, são entidades totalmente distinctas e que realmente não quizeram ver confundir. Póde-se ser membro de um conselho de administração sem ser director, que é realmente o caso que aqui se dá.

Longe de ser um acto censuravel o de pertencer o ministro de Portugal ao conselho de administração, faz n'isto um serviço relevante ao seu paiz.

O concessionario prestou um tributo de homenagem á nação portugueza, convidando o seu representante a fazer parte do conselho.

Quem póde acreditar por um momento que dada uma colisão de interesses entre a companhia e o governo, ha de o representante de Portugal ante por aos do seu paiz os interesses do concessionario, ou da companhia? Quem póde por um momento acreditar isto, e de quem? De um cavalheiro que em epochas bem arriscadas na capital da França não recuou diante de perigo algum para sustentar os interesses e a dignidade do governo portuguez.

O governo do Brazil, que de certo ninguém dirá que é capaz de baratear a sua dignidade, consente que o seu enviado extraordinario na corte de Londres seja membro do conselho de administração do caminho de ferro, chamado da Bahia e S. Francisco, exactamente o mesmo logar que aqui se censura por occupar o nosso ministro em Paris.

Repete longe de ser para censurar este passo, entende ser elle conveniente ao bom andamento, e ordem regular das operações da companhia.

Em quanto á inexactidão do prospecto publicado em Paris, é muito provavel que elle se fizesse sem que o ministro o visse. Provavelmente foi convidado, assim como muitos outros que habitam diversos paizes, como do mesmo prospecto se vê, e tendo dado a sua adhesão, não assistiu á confeção do annuncio, o que não admira por que quem occupa aquelle logar com os trabalhos que lhe são inherentes, não tem tempo para o baratear de leve.

Em conclusão diz, que não vê motivo para a acre censura que se faz a um cavalheiro ausente, carregado de serviços ao seu paiz, e repete as palavras com que começou.

Sente que este negocio fosse aqui trazido, e desgraçadamente por um modo infundado e inexacto, até confundindo-se o logar de membro de um conselho de administração com o de director de uma companhia.

O sr. Alves Martins:—dois pontos tem sido discutidos n'esta interpeção, sendo o primeiro um annuncio que se publicou em dois jornaes de Paris e que é falso, porque diz que o contrato tinha sido approved pelas cortes, quando apenas o foi pela camara dos deputados.

O sr. ministro da fazenda disse, que o ministro portuguez em Paris não tem responsabilidade alguma pelo annuncio; o sr. Afonseca disse que o annuncio era apenas uma inexactidão de uma gazeta, pela qual o nosso ministro não podia ser responsavel.

Não póde dar-se por satisfeito com as explicações dadas, porque o ministro portuguez em Paris é um dos annunciantes, e pela sua posição, não podia ignorar o que se passa em Portugal; por consequencia não devia consentir que se publicasse um annuncio falso. Alem d'isso devesse ter rectificado o annuncio; não o fez, e esta falta envolve uma censura áquella ministro.

O segundo ponto é, se é prohibido por lei o facto d'aquella ministro ser membro do conselho de administração da companhia.

É certo que não ha lei alguma que prohiba isso, e portanto não é crime; porém todos sabem o que é uma companhia de caminho de ferro em Portugal; as complicações que podem ter logar, e as illações moraes que se podem tirar d'este facto. Citaram-se precedentes, mas os precedentes, quando não são justos e moraes, não se devem acceitar.

Não quer lançar um estigma sobre o caracter do sr. visconde de Paiva, e não é suspeito, porque por occasião da questão da barca *Charles et George* escreveu um artigo em que declarou, que se fosse governo o sr. visconde de Paiva não era mais tres dias ministro em Paris; e hoje tambem não consentiria que elle o fosse, depois de se apresentar fazendo parte do conselho de administração do caminho de ferro. O facto não é um crime, mas entre o crime e a innocencia ha posições intermediarias.

O contrato celebrado com o sr. Salamanca já soffreu modificações; podem apparecer novas exigencias ou *acclarações*; como ha de votar o nosso representante em Paris? Ha de votar como membro do conselho da companhia, representando fortes interesses, ou como agente do governo portuguez? Todo o mundo concebe a inconveniencia de similhante proceder.

Posta de parte esta questão, chama a attenção do governo para o que se diz no annuncio, que a sociedade está desde o presente autorizada a emitir obrigações para prover ao complemento das despezas, quando isso está em opposição com o que se diz nos estatutos (apoiados), onde se marca o limite das obrigações, que, em regra geral, costumam andar por um terço das acções; e quando o contrato não está approved, nem se sabe se essa sociedade é a companhia que o sr. ministro prometteu.

E, em conclusão, tem a declarar, por ver que o sr. ministro da fazenda se gloria de que o contrato para a construcção dos caminhos de ferro fosse approved por um tamanho numero de votos contrario, que elle, orador, votando contra o contrato Salamanca, não quiz dizer que não queria caminhos de ferro, mas que não julgava esse contrato conveniente para o paiz.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—poucas palavras tem a dizer em resposta ás observações do illustre deputado.

O governo não fóra o seu juizo a respeito da companhia, e do modo por que ella cumpre as suas obrigações pelos annuncios dos jornaes francezes (apoiados). Quando officialmente lhe for communicada a formação da companhia, as acções que forem offerecidas, quem as tomou o quem responde por ellas, é que ha de formar o seu juizo sobre as garantias que a companhia lhe dá para, nos termos da lei, lhe fazer as concessões que esta camara autorizou, e que estão ainda pendentes da outra casa do parlamento.

A companhia não póde emitir obrigações senão nos termos mencionados nos estatutos, os quaes marcam a quantidade d'essas obrigações; e elle, orador, no annuncio de um jornal francez *A Senana*, que tem presente, vê que o governo portuguez concedeu que metade da emissão fosse em acções, e metade em obrigações, o que ainda não é exacto, mas aproxima-se á verdade, por quanto a autorisação é para 35 milhões em acções e 30 em obrigações.

Mas, como já disse, não são os annuncios publicos nos jornaes que habilitam o governo a fazer juizo da maneira porque a companhia cumpre as obrigações; devem ser os documentos officiaes que lhe forem presentes, e que o não foram ainda.

Entretanto a interpeção não tende a apreciar nem a maneira porque a companhia cumpre as suas obrigações, nem a maior ou menor exactidão dos annuncios dos jornaes, de que o governo não toma a responsabilidade; dirige-se a examinar o procedimento de um funcionario portuguez e o procedimento do governo.

N'esta parte toda a argumentação do illustre deputado se baseou sobre um equívoco, porque asseverou que o sr. visconde de Paiva era um dos signatarios d'esse annuncio, em que se commetteram inexactidões, dizendo-se que o contrato estava ratificado pelas cortes, quando ainda o não está, e o sr. visconde de Paiva não assignou esse annuncio, nem n'elle declarou como membro do conselho de direcção, da mesma sorte que outros cavalheiros que nem em Paris estavam, e que se não podendo acreditar que fossem consultados para a redacção do annuncio, não são responsaveis pela exactidão ou inexactidão d'elle, e portanto não se lhe póde imputar responsabilidade nenhuma.

O governo não vem á camara decretar coroas civias a ninguém: os srs. deputados vêem o procedimento d'elle, e se entendem que merece censura, censuram-no.

Agora o procedimento do funcionario, como particular, entende que não se discute na camara, onde só se póde discutir o procedimento do governo com relação a elle. Ora, se o illustre deputado diz que é imparcial, e para prova d'isso que aconselhou ao governo d'outro tempo, a proposito da questão *Charles et George*, que demittisse aquelle funcionario, como aconselha agora ao governo actual que aproveite esta occasião para o demittir, póde s. ex.^a apreciar como quizer a sua imparcialidade, mas o publico ajuzará esta preocupação antiga que tem contra aquelle funcionario, e que póde ter ainda. E licito porém a elle, orador, ter com relação áquella cavalheiro um sentimento opposto, porque tem sido convicção sua, baseada em factos, que elle tem prestado ao paiz relevantissimos serviços (muito apoiados), que merece a confiança do governo (apoiados) e a elle, orador, muita estima e amizade.

O sr. Gaspar Pereira:—ainda bem que o sr. Alves Martins não é ministro da coroa, porque se o fosse praticava um acto de revoltante injustiça, demittindo dentro de tres dias o nosso ministro em Paris.

Não tratando do homem, vae unicamente examinar a conduta do ministro de Portugal em Paris, relativamente ao annuncio que appareceu nos jornaes, o que não faria se o sr. Mousinho de Albuquerque se tivesse dado por satisfeito com as explicações, aliás muito satisfactorias do sr. ministro da fazenda, e o que faz não se persuaadir de que ha de ser mais feliz do que s. ex.^a, mas por entender que assim o deve á sua consciencia.

Permitta-lhe a camara que, para explicar este negocio, parta um pouco de mais longe, da origem das companhias anónimas e dos seus privilegios, porque d'ahi se ha de deduzir que a circumstancia que é agora censurada, nenhuma censura merece.

As companhias ou sociedades anónimas não datam de uma epocha tão remota como as sociedades propriamente ditas, commerciaes ou civis, sobre as quaes já os romanos legislaram; datam de uma epocha mais proxima, do apparecimento da necessidade do grandes empresas, e da difficuldade de para ellas se encontrarem capitães no poder de um homem só, ou de alguns homens que se reunissem, o que fez suscitar a idéa de ajuntar pequenos capitães para, com elles juntos, se formar um grande fundo com que se podessem custear, suscitando-se ainda a par d'esta idéa outra, que é a do privilegio, de que aquelles que entrassem para uma companhia ou sociedade anónima nunca responderiam além do valor das acções com que tivessem subscrito; e para que os agentes d'essas companhias não podessem abusar da confiança dos accionistas, estabeleceu-se que ellas nunca podessem ser formadas sem a autorisação do governo, alem de que o governo teria sempre vigilancia sobre a gerencia d'ellas, para lhes retirar a autorisação desde o momento em que se visse que se desviavam do fim da sociedade.

Isto posto, já a camara vê que as companhias ou sociedades anónimas são cousa muito distincta das outras sociedades; e cada um, qualquer que seja a posição, póde commerciar por meio d'essas companhias sem comprometter a sua fortuna, e sem deixar de exercer o seu emprego.

As leis assim o permitem, aconselham e promovem; e senão leia-se o alvará de 5 de janeiro de 1757, a respeito do estabelecimento da companhia geral do Gran Pará e Maranhão, onde se diz que «é permitido a todos e a cada um dos que têm qualquer emprego no meu real serviço, por mais alto e da maior preeminencia que seja, negociar por meio da dita companhia, e de quaesquer outras por mim confirmadas, entrando n'ellas com uma e mais acções, como qualquer outro dos meus vassallos.»

E portanto, o facto de o nosso ministro em Paris figurar como director da companhia dos caminhos de ferro não é illegal, nem tão pouco é contra o decoro e contra as conveniencias, como pretende o sr. Mousinho. O acto que as leis não só permittem, mas aconselham a todos e promovem, nunca póde ser considerado como acto indecoroso ou inconveniente, seja quem for a pessoa que o pratique, seja qual for a sua posição na sociedade.

E demais, onde está aqui a inconveniencia? É preciso saber e ver qual é a verdadeira natureza e indole das cousas. A inconveniencia está em que aquelles accionistas que quizerem informações sobre a companhia terão de dirigir-se ao nosso representante em Paris, e então como elle é membro da direcção não póde dar informações desvantajosas para a companhia. Mas não é assim. Os que quizerem entrar na companhia não têm de se dirigir a elle, porque tendo a inspecção do governo de recair sobre os negocios da companhia, isso faz-se em Lisboa, porque é aqui a sede. E por consequente não ha inconveniencia nenhuma, por quanto as informações não de partir de outra parte, e não directamente do nosso ministro em Paris; nem elle foi contra o decoro e honra, acceitando o logar que lhe deram.

Entende portanto que não ha n'este negocio procedimento nenhum que seja contra as leis, nem contra a honra ou decoro do cavalheiro de quem se trata, e por isso não diz mais sobre este objecto.

O sr. Presidente:—já deu a hora de se passar á ordem do dia, e por consequente, se algum sr. deputado tinha a palavra para apresentar algum requerimento, ou mandar para a mesa algum papel podia faz-lo.

O sr. Gavicho:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Infante Pessanha:—manda igualmente para a mesa duas representações das camaras municipaes de Ourique e Alivio, pedindo a approvação do contrato do caminho de ferro do sul com a bifurcação marcada no artigo 2.^o

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 21

O sr. Presidente:—continua a discussão dos artigos 8.º, 9.º e 10.º

O sr. Justino de Freitas:—em primeiro logar pede

maior abundância do que os outros, é cousa que se não pôde fazer em presença do tratado de 3 de julho de 1842; porque ali não se curou nem remotamente se soubera a decomposição química dos objectos, para serem considerados no fisco pela diversa natureza das suas partes componentes.

Assim, esta inovação projectada pelo governo britânico para 1861, pôde ter applicação depois da reforma dos tratados que a desconhecem e repellam, mas não antes d'essa reforma.

Acresce ainda, Senhor, uma consideração da mais subida importância, que a direcção não pôde deixar de apresentar a Vossa Magestade.

Desde 1756 existia em Portugal uma especial legislação para os vinhos do Douro, que tinha por objecto, como meio de sustentar a sua reputação, separar as diferentes qualidades d'esses vinhos, permitindo a exportação para Inglaterra e demais estados opulentos da Europa, somente dos vinhos de primeira ordem, com um direito mais elevado; e a exportação dos vinhos de segunda ordem, somente para os outros mercados do mundo, com um direito mais diminuto. O tratado de 3 de julho de 1842 reconheceu esta especial legislação, porque no artigo 15.º expressou:

«Entendendo-se, porém, claramente que o presente artigo não deve ser interpretado de modo que prejudique os regulamentos especiais que estão agora em vigor, ou vierem para o futuro a ser promulgados, com o fim somente de animar e melhorar o commercio dos vinhos do Douro; devendo, porém, sempre entender-se que os subditos britânicos serão, a respeito do dito commercio, postos no mesmo pé que os subditos portugueses.»

Esta estipulação era terminante; mas não obstante a sua clara intelligencia, o governo britânico, dez annos depois d'aquelle tratado, veio reclamar contra ella, pretextando que a faculdade de exportar para fóra da Europa com menor direito, embora o vinho fosse de mais baixa qualidade, annullava a disposição do artigo 4.º; e tal foi a energia das suas exigencias, e tal a força e influencia do seu poder, que o governo portuguez julgou dever annuir a uma tal, ainda que infundada, pretensão; e pelo decreto com força de lei de 11 de outubro de 1852, se ordenou que todos os vinhos exportaveis do Douro, de qualquer classe, se podessem levar aos mercados britânicos com iguaes direitos aos que pagassem para quaesquer mercados do globo.

Se tal foi, pois, o procedimento do governo britânico em 1852; se nada valeu, na sua opinião, a disposição solemne de um tratado, que resalvava os regulamentos especiais dos vinhos do Douro, para fazer desaparecer a desigualdade do direito a que estavam sujeitos pela differença de qualidade, sem lhe importar que fossem brandos ou espirosuos, de muita ou de pouca força, ou de maior ou menor preço; como pôde elle hoje repellir directamente esses mesmos principios, e tributar os vinhos portugueses em Inglaterra, com um direito maior do que o de outras nações, com essa mesma razão ou pretexto que fez então amiguiçar?

Senhor: o governo britânico não deve nem pôde invocar agora contradictoriamente as doutrinas que já stigmatizou, exigindo a reforma portugueza que hoje vigorá.

O governo britânico não pôde nem deve rejeitar agora a interpretação que elle tão ardentemente sustentou e fez adoptar, do artigo 4.º do tratado de 3 de julho de 1842!

O governo britânico não pôde nem deve, com a sua reconhecida illustração e imparcialidade, usar da sua influencia e poder para fazer vingar o principio differencial que hoje repelle a sciencia economica, e obrigar Portugal a desistir, em favor da França, do direito que lhe assegura o dito artigo 4.º

A direcção não proseguirá, ella tem exposto com toda a individuação o direito que assiste aos vinhos portugueses para pagarem tanto, e só tanto, como os vinhos francezes, independentemente da sua força alcoolica, ou de outro qualquer accidente que lhe seja inherente, e se pretende agora descobrir. Se este direito não for attendido e reconhecido, se a differencial continuar, isto é, se continuar esse engenho meio inventado para dar um privilegio aos vinhos francezes, a consequencia será principalmente, como fica indicado, para os vinhos baixos do Douro, a sua exclusão dos grandes centros de consumo do reino unido; e para os vinhos superiores, a diminuição da sua extracção, ao menos em relação ao incremento que se devia esperar da nova reforma tributaria.

Assim, Senhor, a direcção vem rogar, e confiadamente espera da superior, illustrada e patriótica solicitude de Vossa Magestade haja de ordenar aquellas providencias e esforços indispensaveis para evitar a calamidade que se prepara á lavoura e commercio dos vinhos portugueses, e que em vão se pretenderá atalhar por outros meios que não sejam precisamente o da perfeita igualdade de direitos nos mercados britânicos, como existe desde 1830, e está consignada no tratado referido de 3 de julho de 1842.—E. R. M.º

Porto, 14 de abril de 1860.—Barão do Seixo—José Pinto Tavares—Joaquim Torquato Alvares Ribeiro.

Senhor.—A direcção da companhia geral da agri-da-vinhas do Alto Douro não pôde deixar de vir perante o throno de Vossa Magestade unir a sua voz ás que sem duvida hão de elevar todas as municipalidades do Douro, o commercio d'esta invicta cidade, e todos os centros vinícolas do reino.

Uma grande calamidade, que se não é muito provavel é contido muito possivel, ameaça todos os interesses vinícolas d'este paiz, e especialmente da lavoura do Douro e do commercio do Porto.

O governo de sua magestade britannica celebrou com sua magestade o imperador dos francezes, em 23 de janeiro, um tratado de commercio, cujas estipulações são conhecidas. Entre ellas avulta a da redução dos direitos dos vinhos francezes, que até agora pagavam 33 libras por pipa nos mercados britânicos, e que desde aquelle tratado ficariam pagando 6 libras e 12 shillings por pipa.

Se esta redução, Senhor, se não torna promptamente extensiva aos direitos que pagam os vinhos portugueses, como deve ser pelo que se acha estipulado no artigo 4.º do tratado de 3 de julho de 1842, celebrado entre a coroa portugueza e a Gran-Bretanha, a agricultura e commercio dos vinhos do Douro soffrerão o maior golpe que têm experimentado desde que são conhecidos no mundo. Em vão a genuina qualidade d'esses vinhos lhes afiance uma decidida superioridade sobre os das outras nações; a sua extracção ficará reduzida a uma pequena parte da que hoje é, porque não ha superioridade que vença o obstáculo que resulta de serem elles tributados com mais 118\$000 réis em pipa do que os vinhos francezes.

O systema de commercio que ha annos tão liberalmente tem adoptado a Gran-Bretanha, repelle a idéa de uma redução de direitos privativa, ou favor especial nos productos de um só estado; mas tambem esse systema repella os tratados especiales e de reciprocidade com qualquer nação, e o actual governo d'aquelle paiz firmou com a França o de 23 de janeiro findo.

Alem d'isso, Senhor, na discussão do discurso da coroa que acaba de ter lugar no parlamento inglez, varios oradores, conformando-se ou combatendo as varias disposições do tratado, patentearam a opinião de que aquella redução deveria ser geral para os vinhos das outras nações; mas os ministros da co-

roa, respondendo a esses oradores, conservaram uma completa reserva sobre a intenção de entenderem ou não, aos vinhos de outros paizes, aquella redução.

Assim a maior anciência reina em todos os districtos vinícolas do reino, e especialmente n'esta cidade e no paiz do Douro; e a essa anciência só Vossa Magestade pôde valer, ordenando todos os esforços, que a magnitude de tal crise demanda, perante o governo britânico, para que seja cumprido o artigo 4.º do tratado de 3 de julho de 1842, fazendo-se aos vinhos portuguezes o mesmo favor e redução nos direitos que foi concedida aos francezes; pois que n'esse artigo se estipulou:

«Nenhum direito de alfandega ou outro imposto será carregado sobre quaesquer generos da produção de um dos dois paizes, na importação por mar ou por terra d'esse paiz para o outro, que seja maior do que o direito ou imposto, carregado sobre os generos da mesma qualidade da produção, e importados de qualquer outro paiz.»

A direcção vem, pois, pedir a Vossa Magestade, e confiadamente espera da patriótica e desvelada solicitude de vossa magestade, haja de prover n'este vital assumpto, como ella e o paiz inteiro supplicam.—E. R. M.º

Porto, 4 de fevereiro de 1860.—Barão do Seixo—José Pinto Tavares—Joaquim Torquato Alvares Ribeiro.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Figueira—A barra d'esta cidade, depois das grandes obras que ali fizeram, já dá ingresso a navios de muito maior lotação do que antes permitia. Na segunda-feira entraram n'aquelle porto uma escuna ingleza, carregada de carvão de pedra para a fabrica do gaz de Coimbra, e um brigue portuguez, com meia carga de assucar.

Diz o *Tribuna Popular* que estes dois navios entraram sem a menor difficuldade, apesar de ser aguas mortas, o que mostra o excellento estado da barra.

Ultimamente trabalhavam nas obras d'esta barra 500 a 600 pessoas, termo medio.

Anda-se agora montando a draga que será lançada ao rio, para junho.

Aveiro—Acerca da exposição de gado que se devia effectuar no dia 20: esta cidade diz o seguinte o *Campêdo das Provincias*:

«Tive hontem logar no rocio d'esta cidade a de gado cavallar, muar, azimino e bovino, como haviamos dado parte aos nossos leitores. Só concorreram dois creadores, um dos quaes se retirou do campo, não merecendo ser premiado o cavallo rosillo que ficou em exposição.

«Veremos para o anno se se consegue apresentar alguns productos das diferentes especies que obtenham premios, e sejam dignos d'elles; porque será a maneira dos creadores tomarem gosto pelo apuramento das raças.»

Porto—Nesta cidade vão-se adoptar iguaes reformas policiaes ás que ha pouco tempo, por edital do governo civil, se pozeram em pratica em Lisboa. Eis o que a similhante respeito escreve o *Commercio do Porto*:

«O sr. governador civil, depois de obtidas as devidas informações das repartições competentes e ouvido o conselho de districto, acaba de publicar um edital estabelecendo um novo systema mais regular e methodico para a numeração dos predios, uma mais clara denominação de algumas ruas, e outras disposições relativas a este assumpto.

«Passados cinco dias depois da affixação do edital, que tem a data de hontem, proceder-se-ha a fazer a nova numeração em todas as ruas, travessas e viellas, sendo os numeros pares collocados do lado direito, e os impares do esquerdo, servindo o rio de indicador para se designar qualquer dos lados.

«As ruas e largos que se prolongam com diferentes denominações ficam conservando uma só denominação; assim as ruas de Almada e das Hortas formam uma só rua com a denominação de rua de Almada; as de Santa Catharina e de Bella da Princesa, rua de Santa Catharina; as de Cedofeita, da Cruz e Nove de julho até á Barreira, rua de Cedofeita; as ruas da Porta de Carros, do Bonjardim, Bairro Alto e Aguardente, rua do Bonjardim; e outras muitas do mesmo modo.

«A todas as ruas que têm por denominação uma data historica é substituida por uma denominação mais simples e clara.

«Os nomes das ruas e logares publicos, que se confundiam com outros de identica denominação, são substituidos, bem como se adoptam novas denominações para as que se tenham longas e confusas.

«Ha muitas outras disposições, que a falta de espaço nos não permite extrair. Daremos porém na integra o edital.»

Na terça-feira ultima (17) naufragou, diz o *Ecco Popular*, defronte de Midões, no ponto de Remesal, indo d'esta cidade para a Regua, o barco da carreira n.º 472, de que era arriante Antonio da Silva, de Barró. A gente que ia a bordo salvou-se; mas a carga, á excepção de um pouco de milho, perdeu-se.

Vianna do Castelo.—Foi arrematada, diz o *Vianense*, e acha-se em construção, a rua do Castello, que servirá de continuação á estrada macadamizada, que da ponte conduz ao campo da Agonia.

Estão tambem a concluir-se as ruas Grande e de S. Thiago, e trabalha-se nos concertos da rua da Bandeira.

A camara bem merece pela actividade que vae desenvolvendo nas obras publicas, entre as quaes deve mencionar-se a do cemiterio publico.

Valença.—No *Commercio do Porto* lê-se a seguinte curiosa noticia:

«Na freguezia de Segadães, do concelho de Valença, no sitio da margem esquerda do rio, chamado Veiga da Mira, é antiquissimo costume vir o parcho da freguezia, na segunda-feira de Paschoa, com sobrepeiz e estola, e cruz na mão, entrar n'um barco, ao tempo que de outro barco é lançada uma rede ao rio (Minho).

«Chama-se a isto o lance da cruz. O padre abençoa o lance, e depois que desembarca é colhida a rede. A esta cerimonia assiste immenso povo tanto da margem portugueza como da da direita (Galizia). «Este anno a rede só pescou um pequeno robalo.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 20 do corrente, e de Londres até 17.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: **Vienna, 18 de abril**.—A *Gazeta de Trieste* recebeu noticias authenticas de Messina. O consul da Austria retirou-se da cidade a bordo de um navio mercante da sua nação. Suppunha-se que a cidade ia ser bombardada.

Turim, 18.—O jornal *Perseveranza* publica a carta que o conde de Syracuse dirigiu ao rei de Napoles, relativamente á actual politica napolitana. O principe diz que é inevitavel a applicação do principio da nacionalidade italiana que o Piemonte iniciou na Peninsula; que a França e a Inglaterra

disputam entre si a preponderancia perdida pela Austria. A alliança em França é impossivel, e a actual politica de Napoles parece desastrosa. O conde de Syracuse conclue a sua carta aconselhando que se publique uma constituição e que se celebre uma alliança com o Piemonte.

Paris, 18.—É inexacta a noticia de que o novo folheto que tem por titulo *Coalition* tenha uma origem elevada. Diz-se que o autor é mr. Dupont.

Em Napoles continua a notar-se grande descontentamento; porém não ha recio que rebente uma revolta séria, por isso que os exaltados carecem de chefes.

O *Time* compara a Suissa, em relação á França, como o pastor David em frente do gigante Goliath.

Londres, 20.—Lord John Russell, respondendo a uma interpegação de sir Horsman, declarou que a França não fez objecção alguma á idéa de uma conferencia solicitada pela Suissa, para garantir o territorio neutral. Lord John Russell acrescentou, que se a França se comprometter a não occupar aquelle territorio, a questão fica decidida.

Vienna, 19.—Foi abolida a subdivisão estabelecida na Hungria em 1848. As antigas commissões prepararam propostas para quando se reune a dieta, a fim de que continue a adoptar-se a pratica que antigamente se seguia. Deu-se ordem para que seja immediatamente resolvida a questão communal. Benedecta foi nomeado governador da Hungria.

Paris, 20.—O *Constitutionnel* sustenta que as reformas, ao mesmo tempo que consolidam a paz em França, são garantias de paz para toda a Europa.

HESPAÑIA

Recebeu-se em Madrid o seguinte despacho telegraphico, transmittido de Solsona em 18 do corrente:

«Rafael Tristany foi preso n'esta povoação. Ignora-se ainda se seu irmão e Mosen Tíllot conseguiram chegar á fronteira franceza, porque a vigilancia é grande.»

«Diz um jornal hespanhol que se communicaram ordens pelo telegrapho para que não seja executada nenhuma sentença de morte pelo ultimo acontecimento, sem que o governo seja previamente consultado. «Este facto, diz a *Correspondencia de Espana*, indica que o sangue do infeliz Ortega será o ultimo que por agora se derrame.» No mesmo jornal lê-se o seguinte:

«Segundo consta de cartas particulares de Tortosa, datadas de 17 do corrente, o infeliz Ortega fez amplas declarações, algumas das quaes duraram horas, e que lançam muita luz sobre a revolta. O *club*, que ha muito tempo se achava instalado em Tortosa, tinha preparado o terreno quanto possível, depondo nas mãos dos absolutistas as municipalidades das immedições. A primeira medida das autoridades foi a dissolução de dez d'essas corporações, e a nomeação de novos membros. O capitão general Dulce, o governador, o secretario do governo da provincia, o conselheiro provincial, Alborni, nomeado pelo governador vice-presidente do conselho, e que instruiu o processo, o alcaide de Tortosa, e algumas outras pessoas, tornaram-se credores da gratidão dos amantes das instituições. O paiz estava occupado militarmente, e suppunha-se que Montemolin estava escondido em alguma das povoações circumvisinhas.

—O jornal official continua publicando nas suas columnas diferentes exposições das provincias contra a rebellião carlista.

—O jornal *El Día* dá noticia de se ter recebido um despacho telegraphico do general O'Donnell, participando que os plenipotenciarios nomeados pelo imperador de Marrocos são: Sidi-Mahomed-El-Ketib, ministro dos negocios estrangeiros, e Ajmad-add-El-Meleck, alto funcionario do imperio.

Muley-Abbas deu parte d'esta nomeação n'uma carta que dirigiu ao duque de Tetuão, acrescentando que o unico motivo da demora era a difficuldade das communicações no interior de Marrocos; porém que o imperador havia manifestado ardentes desejos de que quanto antes terminem as negociações. Isto mesmo affirmam as familias arabes, que em grande numero regressam a Tetuão, e algumas d'ellas annunciam que o governo marroquino se occupa de reunir a maior porção possivel da quantia que deve ser paga á Hespanha, como indemnisação.

A estas noticias acrescenta o *Correo Autographo* o seguinte:

«Affirma-se á ultima hora que esta manhã entraram na praça de Tetuão os plenipotenciarios nomeados pelo imperador de Marrocos, para assignarem o tratado de paz.»

AUSTRIA

A chegada a Vienna do archiduque Fernando Maximiliano fez despertar a esperanza de que sejam adoptadas reformas importantes n'aquella capital, affirmando-se que elle vae ser nomeado presidente do conselho do imperio, em cujas deliberações tomará uma parte activa. Diz-se tambem que mr. Schemehng será nomeado vice-presidente do mesmo conselho.

Estas noticias são perfeita garantia de que o governo austriaco pensa seriamente em adoptar medidas liberas, por quanto o archiduque, em quanto esteve na Lombardia, manifestou tendencias essencialmente conciliadoras e favoraveis ao progresso; e mr. Schemehng passou sempre por um zeloso partidario das reformas.

A *Independence Belge* afirma, n'uma correspondencia de Munich, que o gabinete de Vienna encarregou os agentes diplomaticos da Austria de apoiarem officialmente o protesto do papa, «que, diz o jornal belga, foi dirigido a todos os governos europeus sem exceptuar o de Londres, com o qual, como se sabe, a corte de Roma não tem relações officiaes.»

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 22 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Fernandes, patacho portuguez, capitão J. J. M. Coelho, de Cardiff em 9 dias, com carvão, ferro e folha a G. A. Hancock & C.; 9 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas e meia da noite.

Monteiro A., patacho portuguez, capitão J. J. de Paiva Sobrinho, da ilha de S. Thiago de Cabo Verde em 41 dias, com urzella, couros e mais generos a A. J. F. Monteiro; 10 pessoas de tripulação e 1 mala. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas e meia da noite.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de Malaga em 76 horas, de Gibraltar em 56, e de Cadiz em 32, com vinho, tabaco e mais generos a H. Juhel; 29 pessoas de tripulação, 1 mala e 27 passageiros. Entrou hontem ás 12 horas da noite.

Conceição de Maria, bateira, mestre J. L. Coelho, de Setubal em 2 dias, com carvão; 5 pessoas de tripulação.

John & Mary, brigue inglez, capitão G. Wills, de Pomeroy em 20 dias, e de Villa Real de Santo

Antonio em 14, com mineral, a ordens; 6 pessoas de tripulação. Destina-se para Liverpool, e vem arribado com avaria na masteiração.

Tagus, paquete inglez a vapor, capitão W. B. Hall, de Southampton em 4 dias e 23 horas, de Vigo em 30 horas, e da barra do Porto em 20, com fazendas e encomendas a A. Vanzeller; 57 pessoas de tripulação, 8 malas e 22 passageiros.

Sophie Theodorine, barca belga, capitão I. Hornbostel, de Cardiff em 5 dias, com carvão, a ordens; 12 pessoas de tripulação.

Maria da Gloria, patacho portuguez, capitão A. B. Valente, da Figueira em 22 horas, com vinho, azeite e mais generos a M. J. P. Bastos; 11 pessoas de tripulação, e 9 passageiros, que são: Joaquim Maria Ferreira Pestana com 2 pessoas de familia, Manuel Caetano de Figueiredo, proprietarios; José Marques Pereira, negociante; Lourenço Monteiro, artista; Thomás dos Santos Pereira com 1 filho, procurador; Antonio de Lemos, marítimo; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordonneau, para Cadiz, Gibraltar e Malaga, com varios generos; 25 pessoas de tripulação, e 56 passageiros.

Feliz Pensamento, hiate portuguez, mestre A. J. Felix, para Setubal, com encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Santa Martha, rasca, mestre C. Franco, para S. Martinho, com ferro; 9 pessoas de tripulação.

Joven Margarida, bateira, mestre J. M. Coelho, para Setubal, com cereas; 5 pessoas de tripulação.

Pellegrino, brigue napolitano, capitão J. B. Guida, para Marselha, com massa de purgueira; 13 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: N. Marota, com 2 pessoas de familia, caldeireiro, napolitano.

Ebba Fredricka, escuna sueca, capitão C. P. Svendsen, para Setubal, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Imperatriz, patacho portuguez, capitão A. L. Guerreiro, para Caminha, com pedra; 10 pessoas de tripulação.

Dannebrog, patacho dinamarquez, capitão M. Mogensen, para Setubal, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Carolina, patacho portuguez, capitão J. P. Viana, para Cadiz, em lastro; 11 pessoas de tripulação.

Dia 23

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

S. João Baptista, hiate portuguez, mestre A. da Silva, de Sines em 3 dias, com arroz e cortiça; 6 pessoas de tripulação.

S. Thiago, hiate portuguez, mestre E. A. Marreiros, de Sines em 3 dias, com arroz e cortiça; 7 pessoas de tripulação.

Flor de Santos, bateira, mestre J. M. de Gouveia, de Setubal em 2 dias, com carvão; 5 pessoas de tripulação.

Restaurado, hiate portuguez, mestre J. J. de Puga, de Vianna em 2 dias, com milho e manteiga; 6 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Manuel Antonio Calçado, S. Thiago Calçado, serventes, hespanhoes.

Libania & Adelaide, hiate portuguez, mestre J. C. Freire, da Figueira em 24 horas, com madeira, vinho e mais generos; 6 pessoas de tripulação, e 6 passageiros, que são: João Rodrigues Pestana, Jeronymo da Costa, artistas; Antonio Francisco, Ignacio de Jesus, José Fernandes, Antonio Pedro da Silva, marítimos; portuguezes.

Bomfim, hiate portuguez, mestre P. A. Lino, de Setubal em 2 dias, com encomendas; 5 pessoas de tripulação.

Horizonte, hiate portuguez, mestre M. X. de Ascenção, de Setubal em 2 dias, em lastro; 5 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Vencedora, canoa portugueza, mestre F. Maria, para Setubal, com trigo; 3 pessoas de tripulação.

Robim, brigue portuguez, capitão H. F. Gaspar, para o Rio de Janeiro, com vinho e mais generos; 11 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: João Maria de Mendonça, José Antonio dos Santos, José Manuel de Mattos, caixeiros portuguezes.

Toimi, brigue russo, capitão F. A. Hedstrom, para Setubal, com sal; 12 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 23 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 23 de abril—3 por cento consolidado a 46,95 e 46,47.

Bolsa de Paris, em 23 de abril—3 por cento francez a 70,35—4 1/2 dito a 96,10.

Bolsa de Londres, em 23 de abril—Consolidados de 94 3/4 a 94 7/8.

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

ABRIL-22	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Gráus C.	Por 100	Rumos
9 m.	756,52	15,0	60,0	N.
3 t.	756,60	18,2	47,7	ONO.

DIA 21.

Maxima—temperatura..... 18,7 C.
Minima..... 8,5
Ozone (de noite)..... 6,5
Chuva (de noite)..... 4,0
Evaporação (vapormetro)..... 5,8

Altura barometrica correcta.
Altitude do barometro 95,1 metros.
Temperatura á sombra.

ABRIL-23	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Gráus C.	Por 100	Rumos
9 m.	758,43	13,1	62,6	NO.
3 t.	757,40	13,5	55,1	NO.

DIA 22.

Maxima—temperatura..... 19,3 C.
Minima..... 9,0
Ozone (de dia)..... 5,0
Chuva (de noite)..... 4,5
Evaporação (vapormetro)..... 5,7

Altura barometrica correcta.
Altitude do barometro 95,1 metros.
Temperatura á sombra.

AVISOS

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Continua na quarta-feira 25 do corrente, pelas onze horas da manhã, o leilão de fazendas de linho

e algodão, vidros, lenços de cambraia, cebo, gomma copal, tapioca, couros, côrtes de vestidos, enfeites de cabeça de senhora, espermaceas, gelatinas, luvas de pellica, loigas, bandejas, papel, farinha de pau, caffè, livros, potassa.

Alfandega grande de Lisboa, 20 de abril de 1860.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORAIS

É convocada a assembléa geral para quinta-feira 26 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia—a mesma que foi annunciada para a sessão antecedente.—O secretario, J. A. Dias.